



DL-01

Ses. Esp. 28/11/12

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial, com o objetivo de discutir a concepção arquitetônica e produção dos espaços para os povos de terreiros, proposição de minha autoria.

Eu gostaria de convidar para compor a Mesa o Sr. Elias Sampaio, secretário de Promoção da Igualdade Racial, representante do governador Jaques Wagner; o Sr. Raimundo Nonato da Silva Taata Lubitu Konmannanjy, presidente da Acbantu – Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu; o Sr. Umberto Carvalho Bastos, vice-presidente da Acbantu; o Sr. Fábio Velame, professor da UFBA, mestre em urbanismo e doutor na área de patrimônio; Sr^a Josane Oliveira, arquiteta da Acbantu; Sr. Paulo Souza, coordenador do convênio da Sedur, representante do diretor geral Luís Augusto Silva Reis; o Sr. Ricardo de Almeida Júnior, assessor técnico da Sucab, representante do diretor geral Alfredo César Dias Tourinho.

A composição da Mesa não atendeu à cota, a cota foi de 10%, precisa-se ampliar um pouco mais a cota de mulheres na Mesa.

Para iniciar esta sessão especial, eu farei uso da palavra como autor da proposição para expor os objetivos desta sessão.



4334-II

Ses. Esp. 28/11/12

Or. Álvaro Gomes

Discussão da Concepção Arquitetônica e Produção dos Espaços para Povos de Terreiros.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Bom-dia a todos e todas, é um prazer muito grande estar aqui realizando este evento.

Eu queria saudar o secretário da Promoção da Igualdade Racial, Elias Sampaio, que aqui representa o governador Jaques Wagner; o presidente da Acbantu, o companheiro de longas lutas, Raimundo Nonato da Silva, o companheiro Konmannanjy; o vice-presidente da Acbantu, o companheiro Umberto Carvalho, também lutador de longas datas, sempre na luta pelo povo de terreiro, o povo de santo; o professor da UFBA, mestre em urbanismo e doutor na área de patrimônio, Fábio Velame; a senhora arquiteta da Acbantu, Josane Oliveira; o coordenador do convênio da Sedur, Sr. Paulo Souza, representando aqui o diretor geral Luiz Augusto Silva Reis, e o assessor técnico da Sucab, representando aqui o diretor geral Alfredo César Dias Tourinho.

Esta sessão especial para discussão da concepção arquitetônica e produção de espaços para os povos de terreiros, na realidade foi uma solicitação da Acbantu a realização deste evento, o qual entendemos como de grande importância.

A Acbantu, que todos conhecem, é a Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu, que tem como objetivos principais dar visibilidade à história dos povos de terreiro, resgatando as tradições, promovendo e incentivando ações culturais, visando à defesa e ao fomento da cidadania, buscando garantir que os povos de comunidades tradicionais afrodescendentes gozem de fato dos direitos civis e políticos inerentes à nação brasileira em seus territórios. Enfim, a Acbantu é isso e tem esses objetivos principais.

O candomblé é uma das religiões afrobrasileiras que se desenvolveram em terras brasileiras. Os adeptos do candomblé cultuam os orixás e se consideram ligados a objetos, animais ou plantas ancestrais. Seu nascimento aconteceu no bojo das senzalas, como fruto da crença dos escravos trazidos da África para o Brasil.



A religião foi erigida na crença da alma (alma) da natureza. Desde a abolição da escravatura, em 1888, o candomblé cresceu consideravelmente, principalmente em face da sua difusão nas mais diversas classes sociais. Neste período foram construídas dezenas de milhares de templos.

Segundo o endereço eletrônico www.febacan.hd1.com.br/candomble.htm, (Lê) *“Em levantamentos recentes, aproximadamente 3 milhões de brasileiros (1,5% da população total) declararam o Candomblé como sua religião. Na cidade de Salvador existem 2.230 terreiros registrados na Federação Baiana de Cultos Afro-brasileiros e catalogado pelo Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA – Universidade Federal da Bahia (Mapeamento dos Terreiros de Candomblé de Salvador.)*

Entretanto, na cultura brasileira as religiões não são vistas como mutuamente exclusivas, e muitos povos de outras crenças religiosas – até 70 milhões, de acordo com algumas organizações culturais afro-brasileiras – participam em rituais do Candomblé regularmente ou ocasionalmente.

Orixás do Candomblé, os rituais e as festas são agora uma parte integrante da cultura e uma parte do folclore brasileiro.”

Como disse, essas informações foram retiradas do endereço eletrônico [www.febacan](http://www.febacan.com.br).

Convém ressaltar, ainda, que a Lei Federal nº 6.292, de 15 de dezembro de 1965, protege os terreiros de candomblé contra qualquer tipo de alteração de sua formação material e imaterial. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC) são os responsáveis pelo tombamento das casas. Portanto, a disposição espacial dos terreiros de candomblé é uma questão social relativa a toda a sociedade baiana.

Então, esta sessão especial tem como finalidade discutir a concepção arquitetônica e produção dos espaços para os povos de terreiros, E, naturalmente, temos aqui uma Mesa bastante qualificada e com muitas informações para debater este assunto na Assembleia Legislativa, que precisa abraçar essa bandeira com muito vigor, porque a importância do



candomblé é muito grande para a sociedade. E também são importantes a preservação da sua cultura e dos seus templos.

Para isso, é mesmo preciso um debate, uma implementação de políticas que preservem os seus princípios, a sua cultura, a sua religião.

Por isso, a Assembleia Legislativa não poderia deixar de participar deste debate. E, em função desta necessidade, nós convocamos e nós solicitamos esta sessão especial para debater, aqui, com os especialistas na área, os secretários, os arquitetos, as pessoas que trabalham esta temática. Sem dúvida alguma, tais personalidades darão grandes contribuições aqui para poder fortalecer a religião e o candomblé, portanto, fortalecer esta importante religião de nossa sociedade.

São essas as considerações iniciais até porque os debatedores falarão com mais clareza sobre este assunto ao dar muito mais informações com muito mais conteúdo.

(Não foi revisto pelo orador.)



4335-II

Ses. Esp. 28/11/12

Or. Anidete de Jesus

Discussão da Concepção Arquitetônica e Produção dos Espaços para Povos de Terreiros.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Por sugestão do companheiro Konmannanjy, concedo a palavra à ialorixá, Srª Anidete de Jesus.

A Srª ANIDETE DE JESUS:- Bom-dia a todos os deputados e bom-dia a todos os ialorixás. Peço bênção aos mais velhos. (Palmas) Eu, também, sou ialorixá feita aqui na Bahia. Meu terreiro é no Luiz Anselmo, pois eu me iniciei no Luiz Anselmo. Quanto às obrigações, eu as fiz com Lívio Mascarenhas lá da ilha. Terminei minhas obrigações com ele.

E, agora, estou terminando minha casa. Também estou no sacrifício da vida e, ainda, não estou aprumada. A minha casa, também, está como religião mas ainda não foi nomeada. Estou esperando, também, para nomear. Estamos, aí, para ver o que Deus faz com a gente, né? Venho de uma batalha, porque eu fui auxiliar de enfermagem. Trabalhei 30 anos no Hospital Roberto Santos. Terminei.

Agora, estou fazendo a minha casa. Então espero para ver como Deus nos ajuda. Espero a ajuda do povo que trabalha com os santos e com nós, pois todo mundo fica esperando ver a resolução do que irá se fazer.

Tudo relativo à Assembleia, eu venho e estou presente. Vou a Acbantu e à Fenacabe. Eu fiz meus papéis pela Fenacabe. Estou esperando o que vai se fazer, porque há muito tempo eu vivo andando para tratar sobre este assunto. Nunca fui solicitada para fazer nada. Estou esperando ver até o dia em que Deus quiser ou até o dia em que Ogum iluminará os meus caminhos e o caminho de todos.

Quanto ao mais, eu não tenho o que falar. Agradeço a todos vocês, que dê um fim de ano bom, prosperidade e felicidade para todos.

Deus que pague a caridade.

(Não foi revisto pela oradora.)



4336-II

Ses. Esp. 28/11/12

Or. Raimundo Nonato da Silva

Discussão da Concepção Arquitetônica e Produção dos Espaços para Povos de Terreiros.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):-Antes de passar a palavra ao primeiro orador, quero convidar Tata Konmannanjy para fazer um canto.

O Sr. RAIMUNDO NONATO DA SILVA:- Vou saudar, como ela está minoria na Mesa, a nossa mãe...

(Entoa canto)

Eu queria só fazer essa oração para o nkisi que nós colocamos como patrono desse projeto da reforma, que é o nosso Tateto Kingoongo Masar Issumbo,.... Obaluaê.

(Entoa canto)

Não foi revisto pelo orador.)



4337-II

Ses. Esp. 28/11/12

Or. Paulo Souza

Discussão da Concepção Arquitetônica e Produção dos Espaços para Povos de Terreiros.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Quero registrar a presença dos Terreiros Ilê Axé Jitolu, Ilê Axé Ya Omim. Mocambo Manoguzo, Jagum, RREMAS - Rede Religiosa de Matriz Africana do Subúrbio Ferroviário, Ilê Axé Bomin Oxum, Associação São Jorge Filho da Goméia, Associação Mançu Dandalunda Cucuazenza, Ilê Baba Ode, Associação Onzó Angorô, Ilê Axé Oba Ba Baxeré, Associação Cultural e Comunitária Impacto Sonoro, União de Negros Pela Igualdade e do Fórum Nacional de Mulheres Negras, Ilê Axé Oyá Tunjá, Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Bahia, Ogan de Omulu Opô Afonjá. E também a presença do Iapaz, Instituto de Estudos e Ação Pela Paz com Justiça Social.

Convido o Sr. Paulo Souza, coordenador de convênio da Sedur, para fazer uso da palavra, representando o Sr. Luís Augusto Silva Reis, diretor geral da Sedur

O Sr. PAULO SOUZA- Bom-dia a todos. Saúdo o deputado estadual Álvaro Gomes; o professor Fábio Velame, da UFBA; o secretário de Promoção da Igualdade Social, Sr. Elias, representante do governador do Estado; Josane, arquiteta da Acbantu; o Sr. Ricardo, da Superintendência de Construções Administrativas da Bahia, aqui representando o diretor-presidente, Alfredo Dias Tourinho.

Estou aqui representando a Sedur, Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia, e o diretor-geral desse órgão, Luiz Reis.

Saúdo, ainda, o presidente da Acbantu, Sr. Konmannanjy, e o vice-presidente dessa entidade, Sr. Umberto Carvalho.

Quero, dizer aos senhores que estamos com um convênio importante celebrado pelo governo do Estado, através da Sedur, Secretaria de Desenvolvimento Urbano, e a Acbantu. É um convênio pioneiro no Estado da Bahia, para o qual estamos fazendo um esforço muito grande, porque sabemos da sua importância para a Bahia e, principalmente, para os povos tradicionais.



Por ser um convênio pioneiro, evidentemente estamos tendo algumas dificuldades. Entretanto buscamos dar todo o apoio a ACBANTU, porque sabemos da sua importância e queremos, sem dúvida, alcançar o seu objetivo. E nos colocamos, Konmannnjy sabe disso, à disposição dessa associação e dos senhores e das senhoras para prestar todo o apoio no que for necessário. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



4338-II

Ses. Esp. 28/11/12

Or. Josane Oliveira

Discussão da Concepção Arquitetônica e Produção dos Espaços para Povos de Terreiros.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra a Josane Oliveira, arquiteta da Acbantu.

A Sr^a JOSANE OLIVEIRA:-Bom-dia a todos e a todas. Eu sou Josane Oliveira e entrei nesse convênio que o governo do Estado celebrou com a Instituição Acbantu. Eu estou como coordenadora, e gostaria de falar um pouco de como está esse convênio e qual o seu objetivo.

Gostaria de saudar a todos da Mesa e esta Casa que nos recebeu de braços abertos para falar um pouco desse convênio.

(Apresentação de *slides*).

Nós estamos com esse convênio, que é o 008/2009, celebrado entre a Acbantu e a Sedur, que tem como objetivo a restauração e a requalificação de 53 territórios culturais de matrizes africanas.

Eu gostaria de fazer uma saudação a todos aqui, em nome de Kingoongo, que para alguns é Omolu, Obaluaê, Panzo, que gostaríamos de saudar porque é o patrono deste convênio.

Um pouco do histórico desse convênio: a gente celebrou esse convênio com a Sedur e há uma parceria entre a Sedur com a Sucab, que é o Estado, e a Acbantu, que faz parte da sociedade civil, junto com os terreiros que são beneficiários. Como eu falei, são 53 terreiros beneficiários, e a gente está na segunda etapa desse processo.

As atribuições dessas instituições que estão participando desse convênio: a Acbantu é a conveniente e ela assegura o cumprimento do objeto do convênio, é mediadora entre o Estado e a sociedade civil, busca a contratação das empresas que vai atuar para fazer a reforma, requalificação e restauração desses terreiros, e também a prestação de contas; a Sedur cria condições para a Acbantu executar o convênio, como o Paulo já falou aqui, eles



são parceiros nossos, e acompanham esse convênio; a Sucab – Superintendência de Construções Administrativas da Bahia, faz a supervisão e fiscalização dessas obras, e busca garantir a conformidade das obras com os projetos elaborados; e os terreiros, que são os beneficiários desse projeto, como eu já disse, são 53 terreiros.

O projeto foi dividido em seis etapas, nas quais parcelas desses 53 terreiros são reformados ou beneficiados. A primeira etapa já foi concluída, a gente se encontra na segunda etapa, na qual 11 terreiros são participantes e a gente está buscando a finalização desta segunda etapa.

Em julho de 2012 eu fui contratada para trabalhar junto à Acbantu e poder também viabilizar, dar andamento a esse convênio, com o apoio da Sedur e Sucab – eu gostaria de pontuar isso – porque o meu contrato foi viabilizado pela Sedur/Sucab.

Quero falar um pouco também sobre a realização de reuniões e avaliação, porque a gente está tendo sempre reuniões junto à Sedur e a Sucab para avaliar esse convênio e dar seguimento a esse convênio.

O cenário atual é favorável. A pergunta é: como e por que formar terreiros, como fazer isso? A gente vive um momento em que se busca a reparação, e uma busca pela igualdade, e nada como preservar os terreiros, que são um elemento material e imaterial da cultura afro-baiana, para poder também promover essa reparação e igualdade. O cenário atual é favorável, porque há uma existência de legislação, decretos e também planos públicos e governamentais com o objetivo de fazer essa reparação.

A gente tem a convenção 69, da Organização Internacional do Trabalho, o Decreto federal 6040, de 2007 e o decreto estadual de 12433 de 2010.

As políticas públicas de preservação e requalificação desses territórios, o convênio, é importante celebrar que esse convênio é pioneiro e ele é como se fosse um pontapé inicial para essa reparação, que preserva essa reforça nesses 53 territórios, e o comitê geral que é formado, nesse convênio, entre a Acbantu, Sedur, Sucab, que busca viabilizar esses convênios com a realização de reuniões mensais de avaliação desse convênio.

Os comitês gestores locais que são os terreiros participantes e também a busca de celebração de novas parcerias, porque a gente entende que somente a Sedur, a Sucab e a



ACBANTU, elas não dão conta da infinidade de terreiros que existem em Salvador. Já foi pontuada a quantia de terreiros que existem em Salvador, mas nesse convênio, 53 apenas são beneficiários. Há uma grande quantidade de terreiros, ainda, que precisam de alguma atuação e de algum benefício ou busca por melhorias desses espaços,

E os nossos desafios, formação de técnicos não favorece a atuação nesses territórios. Eu fui aluna da Faculdade de Arquitetura, informei-me há pouco tempo, mas o cenário dentro da faculdade não favorece a atuação dentro desses territórios. A gente aprende sobre história da arquitetura barroca, de todas as igrejas, mas não se compreende o espaço dos terreiros.

Então, há esse desafio a ser superado, a própria Faculdade de Arquitetura e algumas outras também, outros técnicos, trazendo o conhecimento desses territórios para dentro da universidade, para estar formando pessoas capazes de atuar dentro desses territórios.

A criação de metodologia para atuação nesse território. É necessário compreender que o universo cosmogônico desses espaços é muito amplo e não é de conhecimento de todos. Então criar uma atuação, uma metodologia para atuar nesse território é algo complexo. Não cabe somente o arquiteto, o urbanista, o engenheiro, cabem outras disciplinas que têm que estar envolvidas no processo.

As políticas públicas existem, mas ainda estão engatinhando ou começando a ter corpo agora. E a busca por uma construção participativa, porque atuar dentro desse território, sem conhecê-lo, é uma ação muito difícil. É preciso compreender esses territórios, para poder atuar.

Gostaria de agradecer a todos da Mesa por esta palavra.

(Não foi revisto pelo orador.)



4339-II

Ses. Esp. 28/11/12

Or. Umberto Carvalho Bastos

Discussão da Concepção Arquitetônica e Produção dos Espaços para Povos de Terreiros.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):-Queria registrar a presença da Dr^a Cléia, que é a Presidente da Associação dos Procuradores do Estado da Bahia e ao mesmo tempo chamá-la para compor a Mesa. A Mesa, agora, ampliou. Estava com 10% de mulheres e agora, já está com 25% de mulheres (palmas). A cota já está bem próxima de ser cumprida, 30%, porque a cota é para mulher ou para homem. Não pode ser só mulher e também não pode ser só homem. Tem que ser dividido.

Queria registrar a presença do deputado Cacá Leão, que está aqui prestigiando o evento.

Concedo a palavra a Umberto Carvalho Bastos, vice-presidente da Acbantu.

O Sr. UMBERTO CARVALHO BASTOS:- Bom dia, eu gostaria de começara minha fala, fazendo uma saudação ao Orixá, que é o Orixá da demanda, que é o Orixá que abre os caminhos de todos os projetos que representamos povos do terreiro, “Laro exu, laro exu” e gostaria de terminar com a saudação ao nosso pai maior, “Êpa babá, êpa babá”.

Eu peço licença aos meus ancestrais que, neste momento devem estar felizes. Hoje estamos aqui na Casa que se diz que é do povo, de onde em alguns momentos foram excluídos, mas que hoje estamos aqui representando esses ancestrais. Peço licença e dou a bênção aos mais velhos e aos mais novos. Saúdo a mesa em nome do deputado estadual Álvaro Gomes, nosso companheiro, parceiro e amigo de todos os momentos. Saúdo a mesa em nome do presidente Taata Raimundo Konmannanjy, por quem todos nós de terreiro sentimo-nos neste momento representados. Os demais membros da mesa sintam-se representados e abraçados pelos nossos povos.

Senhores presentes nesta Casa da Assembleia Legislativa, que é verdadeiramente a Casa do povo, hoje aqui somos a minoria, mas é uma minoria forte e que representa a garra da senzala, como foi dito aqui pelo deputado. Não temos vergonha de dizer de onde viemos,



é um orgulho para a gente que essa senzala cada dia que passa vai crescendo e vai se fortalecendo. Vide o projeto que estamos trazendo para esta Casa para ser discutido em sessão especial. É um projeto ousado que vai levar aquilo que ano a ano vimos reivindicando e sobre o qual ainda não fomos ouvidos. Isso já faz parte de uma política pública, de uma política voltada para o nosso povo. Então, senhores e senhoras, todos nós nos sentimos muito emocionados e estamos aqui discutindo esse projeto, como foi o projeto discutido pela nossa arquiteta e que é de grande valia para os nossos terreiros. Sinto-me muito orgulhoso e emocionado. Neste momento termino a minha fala dando a bênção a meu pai Obaluaê, que é o dono da terra, que pertence a ele e não aos senhores que se dizem donos dessas terras.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



4340-II

Ses. Esp. 08/11/12

Or. Ricardo de Almeida Júnior

Discussão da Concepção Arquitetônica e Produção dos Espaços para Povos de Terreiros.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra a Ricardo de Almeida Júnior, assessor técnico da Sucab.

O Sr. RICARDO DE ALMEIDA JÚNIOR:- Bom-dia a todos. Inicialmente, saúdo o presidente da mesa, em nome de quem saúdo todos os presentes. Tem sido para nós um desafio muito grande e interessante quando nos deparamos com esse projeto. Estamos acostumados a trabalhar com restauro de edificações, com restauro de obra de arte. Dentro desse universo, há um conceito muito pré-estabelecido. Quando nos deparamos com um projeto como esse de revitalização desses 53 terreiros, encontramos algo diferente. Você trata do patrimônio material, que é o que estamos cuidando, mas há junto a isso tudo o patrimônio imaterial, aquela parte pouco conhecida. Então, tecnicamente, elaboram-se cronogramas, elaboram-se planos de obra, planos de ação e a medida em que nos deparamos com a realidade de cada casa é sempre um aprendizado, porque, naquela oportunidade, aprendemos que não se mexe em qualquer coisa simplesmente porque aquilo está no programa. É preciso ter o respeito, não se entra em qualquer ambiente a medida que se quer ou porque a obra impõe. E esse aprendizado tem sido de fundamental importância.

Conhecemos muito das técnicas de intervenção, das técnicas de restauro, mas quando nos deparamos com dois patrimônios - materiais e imateriais- surge uma situação nova: como caminhar diante dessa situação?

Essa iniciativa, que é apenas o primeiro passo e sabemos que caminharemos muito mais, ela nos traz muitas lições e situações com as quais não estamos acostumados a encontrar no dia a dia. E enquanto se aprende a restaurar uma casa, o telhado, você aprende também a compreender essa estrutura maior, você oportuniza a tantas pessoas que nunca tiveram esse contato de chegar nessas casas e ir sempre aprendendo.



Deparamo-nos com situações interessantes. Por vezes, estávamos em reuniões em alguns terreiros e, de repente, manifestava-se uma entidade ali na reunião e a gente tinha que parar para entender aquilo, como é que aquilo funcionava, como é que aquilo acontecia, e aí retomávamos a discussão. Isso é impressionante do ponto de vista de fazer compreender a dimensão do empreendimento. Não estamos apenas no campo material, mas estamos tratando também das questões espirituais.

Esse projeto, que é o primeiro passo, é uma semente. Parablenizo aqueles que tiveram essa brilhante iniciativa, mas também convoco todos os deputados, os secretários em nome de todos, para que demos as mãos nessa caminhada. Temos encontrado bastante dificuldades. Sabemos que as necessidades de todas essas casas são bem maiores do que aquilo que hoje temos para fazer. Mas também acreditamos que essa semente plantada nos permitirá cultivar essa árvore que trará os frutos que, finalmente, nos alimentarão para que possamos atender as necessidades maiores.

Todo caminho tem o primeiro passo e esse primeiro passo já foi dado com essa iniciativa brilhante do governo do Estado da Bahia, da Acbantu e de toda essa comunidade.

Então quero parabenizar a todos e pedir que caminhemos juntos. As dificuldades se apresentarão em todos os momentos da história, mas é vencendo essas dificuldades que nós deixaremos a nossa marca, que deixaremos claro a importância da preservação dessa parcela que faz parte da cultura do País.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



4341-II

Ses. Esp. 28/11/12

Or. Fábio Macêdo Velame

Discussão da Concepção Arquitetônica e Produção dos Espaços para Povos de Terreiros.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Registro a presença do deputado Bira Corôa. Quero aproveitar para convidá-lo para fazer parte da Mesa.

Concedo a palavra ao mestre Fábio Velame, professor da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, mestre em urbanismo, doutorado na área de patrimônio, conservação e restauro pela Faculdade de Urbanismo da Universidade Federal da Bahia.

O Sr. FÁBIO MACÊDO VELAME:- Bom-dia a todos. Primeiro, eu gostaria de agradecer o convite que a Acbantu me fez para vir a esta Casa para batermos um papo, podermos conversar e tentarmos sanar um pouco essa problemática que é hoje encarar a arquitetura dos povos e comunidades tradicionais.

Bom, gostaria de começar saudando a Mesa na figura do deputado Álvaro Gomes, saudar o secretário Elias Sampaio, da Sepromi, cujo órgão vem trazendo visibilidade para povos e comunidades tradicionais, e elogiar a publicação do mapeamento no Recôncavo baiano dos terreiros que têm um trabalho importante e fundamental para trazer políticas públicas para o nosso Estado. Quero saudar também o representante da Sucab, Sr. Ricardo, o Sr. Paulo, da Sedur; a Procuradora Dra. Cléia e a arquiteta Josane, que foi minha aluna de graduação, trabalhou com as comunidades pobres tradicionais e fez um trabalho belíssimo voltado para a comunidade dos terreiros, que é a nossa luta junto às Universidades.

Estamos diante de um grande desafio, que é tratar essa arquitetura que até bem pouco tempo era invisível, não era estudada porque é produzida sem arquitetos, sem projetos e incorpora outros valores vinculados às culturas tradicionais, sejam de ciganos, sejam de quilombolas, sejam de comunidades de terreiros, sejam de indígenas e, sobretudo, das comunidades dos povos de matrizes africanas relacionadas às comunidades de terreiros.

Temos aí um grande desafio, que é, primeiro, ver essa arquitetura, como podemos enxergá-la. E é o o desafio nos vários órgãos que trabalham com isso, como IPHAN, IPAC,



Sepromi, Sepir, Fundação Palmares. E do quadro técnico que vai trabalhar com essas comunidades na hora em que chegam as políticas públicas de intervenção, sejam elas restaurativas, conservativas ou de reformas.

Estamos diante de um primeiro problema: como analisar essa arquitetura e fazer projetos para essas comunidades. Nas universidades não temos recursos conceituais, teóricos, metodológicos para enfrentar esse tipo de problemática, de público, porque até então essas comunidades eram invisíveis para a universidade e para o Estado como um todo.

Trouxe algumas categorias para análise de como enxergar essa arquitetura e, dividindo a apresentação dos blocos, vou ser bastante sucinto. No primeiro tento trazer algumas formas de ver essa arquitetura, que é diferente da forma que aprendemos na cadeira da universidade. É que lá a gente estuda a arquitetura moderna, barroca, neoclássica, contemporânea. E a arquitetura produzida pelas comunidades populares em nosso País fica um pouco à parte. Aí, quando vamos nos defrontar com essa arquitetura, não temos instrumentos nem ferramentas para isso.

Então eu trago aqui a relação com a cidade, que é importante. Como é que essas comunidades se relacionam com a cidade? Como se dão essas relações de hierarquias dentro das comunidades que se socializam no espaço? Como se dão os rituais?

Para isso, vou trazer um exemplo que trabalhei: o do terreiro do Babá Obolê Obolá, que é o terreiro de Egum, herdeiro dos terreiros de Egum do século XIX e a matriz de todos os terreiros de culto aos Eguns, aos ancestrais do século XX, e que foi trabalhado por mim na época do reconhecimento para o patrimônio cultural, material e imaterial pela Fundação Palmares durante a gestão do professor Ubiratan Castro, sendo encaminhado para tombamento. Trago algumas imagens dos Eguns na África, alguns aqui na Ilha de Itaparica. Vocês sabem que se trata dessa relação da morte e da vida.

Ele fica localizado em Itaparica, Ponta de Areia, atualmente no bairro Bela Vista, que fica em volta, cercado por membros do culto. E teve momentos importantes, como o da relação do terreiro com a cidade. Como é a relação do terreiro com a cidade? Ela é nuclear, é uma rede? Como se dá essa rede? É uma rede introvertida? Extrovertida? De território descontínuo? Como se dá isso?



O terreiro foi fundado nos anos 30 e acabou expulso pela polícia. Ficava localizado à beira-mar, depois nos anos 60 teve de sair para outro local chamado Barro Branco, onde passou a desenvolver as suas atividades litúrgicas dos anos 40 aos 60. E depois, com a especulação imobiliária, a compra de terrenos, seus membros foram novamente expulsos do local indo para o Barro Vermelho. O terreiro é mais ou menos nômade, saiu de 3 lugares. Foi o que aconteceu com muitos terreiros em Salvador, no Recôncavo baiano e em outras regiões do Estado.

No período de festas eles saem dos terreiros e vão a esses vários lugares sagrados, como a festa de Iemanjá. Pegam as verbas sagradas do Barro Vermelho, vão ao local onde o terreiro foi fundado, na orla, e fazem todo o trajeto simbólico costurando essa rede do sagrado na cidade.

O culto começa dentro do barracão com as oferendas e os presentes à Babá. Sai do terreiro o cortejo com número exato de pessoas que fazem parte do percurso. Atravessam as ruas da cidade, vão em direção à capela onde foi fundado o terreiro, na década de 40, para saudar os ancestrais, os fundadores do terreiro, e nesse momento, reverenciam o fundadores.

Em frente à capela, onde o obolá foi fundado. Se dirigem às casas dos mais velhos para saudá-los, já que os mais velhos não podem ir às festas no barracão. Começa o cortejo marítimo, seguem com os barcos até alto mar onde depositam os presentes.

Vemos, então, uma relação dinâmica com a cidade. Quais são os espaços sagrados desses terreiros? A configuração espacial dos terreiros não se limita ao poligonal de tombamento ou de reconhecimento, mas se vinculam à cidade que tem vários locais sagrados, árvores sagradas, onde os terreiros foram fundados, acentos de divindades que são utilizados no dia a dia e também em obrigações específicas. Ao preservarmos esses templos, também temos de preservar os espaços públicos da nossa cidade. Em Salvador, 61% dos terreiros não têm mata. Onde está a mata dos terreiros? Nos parques, nas praças, nas avenidas, nos terrenos baldios. Com a especulação imobiliária galopante, estamos passando por processo de risco de perda de áreas públicas coletivas de mata das comunidades dos terreiros. É bastante salutar analisar, em primeiro lugar, a relação terreiro-cidade, como se dá essa rede do sagrado na cidade.



O segundo aspecto é em relação à acessibilidade. Entendamos que essa arquitetura possui hierarquias espaciais de acesso. Alguns espaços são de acesso coletivo, outros espaços aos iniciados, os abians, que estão começando a frequentar a casa, alguns espaços são das mulheres, outros dos homens, outros das hierarquias mais elevadas.

Trouxe a planta do obolá no qual temos os espaços sagrados e os profanos públicos, onde qualquer pessoa pode ter acesso em algumas festividades da comunidade. Depois, num segundo momento, o espaço sagrado público, onde, durante a noite, frequentam apenas os babás, os ojés abás, e algumas pessoas podem ter acesso no período de festas, nos intervalos das atividades. Nos espaços privados tem o lecen, a casa dos eguns, propriamente dita, a mata, acento das divindades, onde apenas os ojés abás podem ter acesso.

A planta do barracão também se estrutura dessa forma. O barracão é articulado ao lecen, o local onde estão os acentos onde estão os ancestrais; ao lecen só os ojés podem ter acesso, que se divide em dois espaços: um que todos os ojés têm acesso, e outro que apenas os ojés abaixo têm acesso.

No barracão temos hierarquia. Em amarelo temos os espaços de acesso apenas aos babás; no intermediário, onde os eguns dançam e os ojés têm acesso; e outra área aberta ao público. Essa arquitetura se espacializa em hierarquias de acessibilidade.

Temos a terceira categoria que é a espacialização de hierarquia sócio-cultural. Existe uma hierarquia litúrgica que se espacializa. Temos, num primeiro momento, os espaços privados dos eguns, onde eles dançam, onde eles recebem as pessoas, seus descendentes, onde os ojés podem ter contato com eles. Temos, em azul, os espaços onde apenas os ojés circulam, do lado direito a ala masculina e do lado esquerdo a ala feminina, também espacializado por hierarquias. Temos a ala para a alta hierarquia feminina, depois a intermediária para as captadoras de eguns, as eleruns, depois a ala feminina para qualquer pessoa que fizer uma visita para acompanhar a festa.

Vimos até agora três categorias de análise, a relação terreiro-cidade, os níveis de acessibilidade, e a terceira categoria da hierarquia sócio-espacializada.

Em terceiro, são os monumentos simbólicos. Essas arquiteturas possuem uma grande carga simbólica. A árvore sagrada é um monumento. Enquanto aprendemos na



faculdade que monumento é um edifício, monumento está numa praça, e não esses espaços culturais, uma árvore é um monumento. Ali está um ancestral, ali está a divindade sendo cultuada.

Temos uma casa de Xangô, que é pintada de vermelho e branco, porque vermelho e branco são as cores de Xangô. É diferente quando um arquiteto escolhe uma cor para o projeto, ele escolhe em função de sua percepção estética e do seu gosto perceptivo e estético naquele projeto. No nosso universo, não, a cor tem importância simbólica. É vermelho e branco, porque a casa é de Xangô.

No interior do barracão temos uma ala só para os tronos dos Babás. No meio, temos o trono do Babá Urucutum, todo de branco, e depois do Babá Abolá. Nós vemos os estandartes, as faixas em vermelho e branco com os oxés e as coroas em reverência a Xangô, porque Xangô era o Orixá de Babá Abolá quando ele era vivo. Então, há uma relação de ancestralidade entre o egum e o Orixá que o regia durante a vida. Isso se espacializa na cumeeiras, se espacializa nos frontões, nas tesouras dos telhados.

Há várias pinturas no barracão: o Babá com o ixá na mão, que é uma vareta sagrada, castigando os seus descendentes por não fazerem as suas recomendações; o Alabê tocando o atabaque; um Erelú carregando as flores na festa de Iemanjá; o Padê; e as faixas e estandartes nas cores do Orixá patrono do Babá Abolá na Casa. Essa simbologia plasma essa arquitetura, se incorpora a essa arquitetura e tem de ser valorizado no projeto.

Os rituais. Temos o ritual da festa de Egum, mas não vou entrar em detalhes, em função do tempo. Temos que analisar que os rituais, sejam eles quais forem, o axexê, a iniciação, a saída de Yaô, a festa de Orixá, a festa de Egum, pois eles compõem o espaço, conformam o espaço. Sendo assim, o ritual temporaliza o espaço, temporaliza a arquitetura.

Temos no slide uma festa – não vou entrar em detalhes – propiciatória pública de Egum, onde há as danças iniciais e as Erelús cantam para os Orixás e depois para os Eguns da casa. Temos a saudação ao Exú da porta. Depois elas vão saudar em secto os Alabês, a porta onde entram os Eguns e depois saudarão todos os tronos dos Eguns. A saudação aos Alabês e à porta. Elas voltam a dançar e depois cantam aos Eguns. Babá entra no balcão, no barracão, saudado por todos os presentes. Ele aí vai saudar os seus descendentes e perguntar



para as mulheres mais velhas da casa naquele espaço como elas estão. Depois vai saudar os Alabês, passando o seu axé através do bantê, aquele espaço que é reservado a ele, o espaço privado que só ele tem acesso. Depois, saúda o Babá, o pai de santo, o Babalorixá que está conduzindo, o Yabá que está conduzindo a cerimônia, depois ele saúda os Alabês. Ele vai saudando um a um da ala masculina e da ala feminina, dança e vai até o final do barracão para saudar o Exú da porta, depois volta entre os seus filhos dançando e reverenciando seus descendentes. É um grande júbilo o seu trajeto por esse espaço. Ninguém pode tocar na roupa de Egum. Os Ojés fazem essa separação entre os vivos e os mortos através do Xã. Aí, ele convida os seus descendentes para o espaço que lhe é reservado para dar uma recomendação, uma orientação, para dar sua bênção, guiando os vivos na sua trajetória existencial.

Então, são categorias que precisamos analisar, são categorias voltadas para comunidades de terreiros, que são diferentes de outras categorias, a exemplo das comunidades indígenas, quilombolas e ciganas. Cada comunidade dessa vai ter uma forma de ver a arquitetura, de analisar essa arquitetura para ter subsídios para fazer o projeto, para se incorporar, para beber daquele universo cultural, onde aquela arquitetura é construída no dia a dia, é uma arquitetura aberta, que não tem fim, é feita conjuntamente com a comunidade.

Basicamente são essas que eu elenquei para esse tipo de público, que é a relação com a cidade, a acessibilidade, as hierarquias de acesso, as hierarquias litúrgicas e sócio-culturais que se espacializam, as dimensões simbólicas e os diversos rituais que compõem essa arquitetura.

Vamos ao segundo momento. No primeiro momento, a gente analisa esse espaço, e, agora, vamos ao segundo desafio. O primeiro é esse de se retirar dessa tradição ocidental de ver a arquitetura, de trabalhar com a arquitetura e buscar outras formas, outros métodos conceituais, teóricos e metodológicos de ver, interpretar e trabalhar essa arquitetura. O segundo momento é fazer o projeto. Aí é que surge o grande problema, como fazer o projeto, uma arquitetura para uma comunidade que sempre construiu seus edifícios e templos sem projetos e sem arquiteto. Eles mesmos eram os arquitetos dos seus desejos, dos seus ancestrais e das divindades. Então, eu trouxe outro elenco de possibilidades de arquitetura



para essas comunidades. Quando falamos em projeto participativo, o grande desafio é como os técnicos chegam a essas comunidades. Eles chegam lá, fazem uma listagem de programas de necessidades e voltam para o escritório para fazer o projeto.

Já começa um grande entrave, porque como vai discutir com essa população se ela não domina a linguagem gráfica de um projeto de arquitetura? Quem da comunidade aqui sabe como se representa uma planta baixa, uma faxada? Como se representa uma parede, uma porta e uma janela? Então, estamos falando línguas diferentes, o técnico chega lá falando uma língua e a comunidade outra, porque ela não possuem o repertório técnico e a capacidade cognitiva de saber ler uma planta. A primeira tarefa do técnico é chegar nas comunidades e ensinar as pessoas a ler uma planta. Dizer: é assim que representa uma porta, uma janela, uma parede. Ensinar como se lê a dimensão de uma sala, de um quarto ou de um barracão. Como se faz a leitura.

Então, temos que instrumentalizar a comunidade para ela ter a capacidade de leitura e interpretação de plantas e projetos arquitetônicos para poder desenvolver os projetos de forma participativa. Esse é o ponto basilar do processo. E temos várias metodologias de leitura e interpretação das comunidades.

O segundo é fazer com que a comunidade utilize os recursos naturais que existem na própria comunidade. Sabemos que os recursos são escassos e a luta é muito grande. Então, parabenizo o secretário pela quantidade de recursos que tem trazido para as comunidades tradicionais, mas podemos também mesclar com outras práticas. Às vezes, o ideário de técnicas tradicionais de taipa, adobe, taipa de pilão, que são técnicas utilizadas no interior do Estado, em comunidades tradicionais e ficou o estigma da pobreza e da miséria. Quando se olha uma casa de taipa pensa: que coisa pobre, porque o tempo leva. Aí todos querem substituir por tijolo. Mas o problema não é o material, mas como ele é feito.

Então, precisa de um ensinamento, uma passagem de conhecimentos técnicos de como realmente preparar um bom adobe, uma boa taipa de pilão e uma boa taipa de mão, dentro dos procedimentos técnicos, para que ela tenha uma boa durabilidade e uma constância. Vou trazer uns exemplos para isso, porque é importante. É importante porque não ficamos reféns de emendas parlamentares, dos recursos escassos e podemos construir



utilizando técnicas e materiais da própria comunidade, viabilizando a construção dos seus espaços e seus templos.

Temos o exemplo da taipa de pilão, onde se coloca madeira de um lado e do outro, faz uma forma, coloca terra, e é interessante estudar a composição dessa terra, quanto vai ser de argila, de arenoso e de areia, se vai ter algum elemento orgânico para dar liga, fazer os ensaios de resistência desse material, dar a cartilha de como fazer uma boa taipa de pilão para as comunidades.

Por exemplo, esta casa parece casa de pobre? Não, mas tem uma parede de adobe, que aparentemente parece tijolinho, outra parede com estrutura de madeira e outra feita de taipa de pilão. Claro, é suspensa do piso para a umidade não acabar com a parede, mas são técnicas ecologicamente sustentáveis, baratas e que a comunidade pode desenvolver e utilizar o material que existe em suas roças. Claro, com o acompanhamento técnico e com orientação de como fazer uma boa taipa e um bom adobe, com cartilhas orientando a composição desse material e sua execução.

Outro exemplo interessante, a construção que tem os pilares todos feitos com adobe, as paredes de taipa de pilão e as paredes curvas feitas com uma técnica contemporânea que também utiliza terra, que são sacos preenchidos por areia que dá uma facilidade grande de execução. Outro é a construção feita com taipa de mão mesclada com taipa de pilão e o super-adobe, que está sendo muito utilizado hoje nas políticas de habitação de interesse social com base em discursos de sustentabilidade e de utilização de sistemas construtivos alternativos.

Agora, nós vemos como é feito o superador. Pega-se um saco de linhaça grande e coloca argila e areia umedecida. Compacta-se e colocam-se as camadas. Pode-se fazer em espaços retangulares ou circulares. As janelas e as portas podem ser feitas de manilhas. Depois, dá-se o acabamento por fora utilizando argamassa de cal. Através do *slide*, vê-se o mutirão de pessoas trabalhando com isso e o resultado estético lá embaixo. O resultado é uma estética e uma plasticidade bastante interessantes ao utilizar materiais baratos do próprio local.

O terceiro aspecto é a questão do mutirão.



No primeiro, vimos a leitura de plantas e projetos arquitetônicos; no segundo, a utilização de cartilhas e técnicas construtivas tradicionais e contemporâneas de baixo custo; e o terceiro é a operacionalização dessa execução pela própria comunidade, através de oficinas de mutirão, de autogestão, de como ensinar essas comunidades a organizar o canteiro de obras, ou seja, definir onde colocar a argila, a areia, o arenoso, como fazer o almoxarifado, como organizar os turnos de trabalho para fazer a construção. Enfim, montar e mobilizar as comunidades para capacitá-las na questão da autoconstrução e da autogestão da sua obra.

Por último, há a questão da capacitação e informação de pedreiros, carpinteiros e ferreiros. A própria comunidade deve utilizar e aproveitar a mão de obra local, para que eles possam executar as suas construções de suas comunidades e, depois, terem uma profissão para poder trabalhar fora de suas comunidades e gerar renda para os terreiros.

Eu trouxe exemplo de um projeto participativo que é o Abolá. Como eu disse, foi reconhecido como patrimônio material e imaterial afro-brasileiro da Fundação Palmares e foi encaminhado para o IPHAN e está em processo de tombamento. Até hoje, infelizmente, poucas atividades foram executadas. Então, foi um projeto participativo, porque, com eles, aconteceram as oficinas de leitura de plantas. Ensinaamos a eles como ler essa plantas, ou seja, a parte gráfica e técnica.

Sentamos em várias oficinas e chegamos a essa proposta: área inicial com uma pequena escola municipal, creche de crianças, posto de saúde, espaço voltado para artesanato e para as oficinas da própria comunidade. Do outro lado, a intervenção no templo foi mais sensível, pois ele pediram a expansão de algumas áreas, a construção de uma varanda, como espaço intermediário durante os rituais, uma área de vegetação mais densa para esconder os assentos de Iroko, Jogum e Onilê e mais um conjunto de árvores em frente à varanda de vermelho para possibilitar uma privacidade ao culto.

Temos o espaço de entrada: do lado esquerdo ficam os quartos para hospedar os filhos de santo de outras cidades e de Salvador, durante o período de festas, porque é importante essa lógica da relação do parentesco nas comunidades de terreiros. Do outro lado, há os equipamentos de cunho social e cultural voltados para o bairro do Bela Vista e para a comunidade de Ponta de Areia vinculado ao terreiro.



Tudo está em desenho à mão, porque foi feito e discutido com eles. Temos a entrada com os pilares todos feitos em taipa de pilão voltado para a ancestralidade. De um lado e do outro, há os elementos simbólicos dos Eguns.

Foi discutido até como eles queriam a porta. Eles falaram que queriam a imagem de Babá Abolá no portão, a folha de palmeira, que tem uma representação simbólica muito importante no culto com o nome do templo coroando a porta de entrada. Mas, também haverá o portão de acesso geral ao terreiro e será todo fechado para dar privacidade com a imagem dos Ogês, com a imagem de Babá no centro do portão.

Agora, há a proposta do barracão. Chegamos a um diálogo com as comunidades para saber o que eles queriam. Eles disseram que queriam dois sanitários: um masculino e outro feminino, porque, durante as festas, as pessoas podem necessitar.

Eles queriam um sanitário dentro do lar de Jongê, onde eles passam três ou até sete dias reclusos, fazendo as suas obrigações; uma copa e uma cozinha separadas para fazer o café da manhã, o almoço e a janta para a comunidade; uma varanda para, durante as tardes, os mais velhos ficarem conversando com seus filhos. Há, também, o espaço de separação entre o público e o privado.

Aí é a fachada. Chegamos a uma proposição de fachada com os pilares feitos em taipa de pilão e com os elementos simbólicos dos eguns, além de um balcão que serve de estar para a comunidade.

Eles mesmos vão fazer os desenhos dos babás, o detalhe do pilar, que serão de taipa de pilão. Observem que é alternado, num trecho do pilar tem pintura dos babás com os buzus incrustados, no outro tem espelhos com elementos importantes, simbólicos, que estão na indumentária, o obá dos eguns. Então eles trabalham de forma alternada, é uma coisa livre. A própria comunidade vai fazer essas pinturas; as crianças e os adolescentes vão pintar os eguns da casa, mantendo essa relação da arquitetura com a ancestralidade, colocando os elementos simbólicos dos eguns na própria arquitetura. Chegou-se a isso por quê? Porque é um projeto participativo no qual a comunidade sugere como vai ser a cara dessa arquitetura.

O portão de entrada do barracão é com o Oxé de Xangó porque Xangó era orixá patrono de Oba Bababulá; todo emoldurado com elementos simbólicos dos eguns. Outro



portão interno da casa com imagem de Ba Ba bolá conversando, dando orientações aos seus filhos.

Essa foi a apresentação. Trouxe esse exemplo para mostrar que é possível levar conhecimentos técnicos da parte profissional de engenharia, de arquitetura, da área acadêmica, para as comunidades, e as comunidades levarem seu saber tautológico, ancestral, sua estética, como orientação para os arquitetos e os engenheiros poderem desenvolver esse projeto. Essa é uma via de mão dupla: levar conhecimento, técnicas construtivas, e receber informações simbólicas, culturais, para poder fazer essas propostas arquitetônicas.

Trouxe esses dois blocos de informações para podermos, depois, discutir, traçar diretrizes, participar, fazer convênios, abrir palestras, criar cursos de capacitação de técnicos para chegarem até as comunidades, e levar às comunidades para esses centros de projetos. Enfim, fazer essa troca de experiência é bastante salutar.

É um desafio. Não é fácil você fazer projetos para um universo cultural totalmente distinto do seu. Você tem de mergulhar nesse universo cultural e, ao mesmo tempo, fazer o projeto de tal forma que seja aberto. E a forma de ser aberto é ser participativo. E para ser participativo sobrepõe, num primeiro momento, respeito, diálogo e humildade do técnico. Ao chegar a essas comunidades tem de saber que o direito deles está contemplado em nossa Constituição, nas políticas públicas implementadas pela Sepromi e Fundação Palmares, que agora está, graças a Deus, à frente desse processo.

Era isso que eu tinha para dizer a vocês. Minha fala está encerrada. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



4342-II

Ses. Esp. 28/11/12

Or. Henrique Tavares

Discussão da Concepção Arquitetônica e Produção dos Espaços para Povos de Terreiros.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Quero registrar a presença do terreiro Ilê Axé Ogum Silê e do Alaketu.

Concedo a palavra ao Sr. Henrique Tavares, representante do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, que também está representando Mãe Estela aqui nesta sessão.

O Sr. HENRIQUE TAVARES:- Quero saudar a todos da Mesa na pessoa do deputado Álvaro Gomes, louvando a sua iniciativa de convocar esta sessão especial. Saúdo e peço a benção a todas as autoridades religiosas presentes, na figura do responsável pela comunidade de Omolu, da qual também faço parte. Sou ogam de Omolu lá no Ilê Axé Opo Afonjá, então somos irmãos de casa, apesar de ser filho de Ogum. É complicada essa coisa.

Gostaria de tomar a benção de Fábio, que nos deu uma aula fabulosa. Meu colega arquiteto, estou impressionado com o domínio que você tem, que você foi buscar dentro da religião. Não sei se você já faz parte do culto do Babá Egum, mas eu já estive na comunidade diversas vezes, já participei de diversas solenidades e obrigações, tanto do presente de Iemanjá quanto das festas de Bababula conheço aquelas instalações, e vou dizer que quero ser seu aluno. Se você for fazer algum convênio, eu vou me candidatar, como mãe Stela, a representar o terreiro e a estar presente para aprender com você. Você não devia ser mestre, não. Você devia ser doutor nessa situação. Vou dizer a Nivaldo Andrade e a Naia Alban, nossos colegas de lá.

Eu queria dizer que o Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Bahia é um conselho recém-criado pelo desmembramento do Crea, que era o antigo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo, e hoje como Conselho de Arquitetura e Urbanismo, nós temos condições de prestar um melhor serviço à comunidade. Ao contrário do que as pessoas pensam, o Conselho não representa os arquitetos. O conselho regulamentador do exercício profissional de qualquer profissão representa a sociedade, um direito social de ter



um bom serviço profissional prestado, e nesse intuito nós temos práticas e protocolos que a gente realiza para garantir que o serviço está sendo prestado em primeiro lugar por um profissional habilitado a fazê-lo.

E em segundo lugar, que a comunidade está recebendo o melhor serviço possível, um serviço eticamente prestado, e a gente regulamenta também as relações éticas. Gostaria de abrir as portas do Conselho de Arquitetura e Urbanismo em todo esse processo naquilo que for da nossa alçada contribuir. Estou aqui representando o professor doutor Guivaldo Alexandria Batista, vice-presidente do CAU, e que está no exercício da presidência devido a um motivo de doença de Jandira França, nossa afrodescendente mulher-presidente, que formou uma equipe de mulheres, a exemplo do matriarcado que é mantido na Bahia. A Bahia tem o privilégio de ter o matriarcado africano como exemplo do poder que a mulher tem e parabenizar a arquiteta Josane de ter coragem de tomar isso junto, e vai ter sem dúvida um grande orientador, o Fábio.

Vou falar pouco e gostaria de saudar todas as comunidades afrodescendentes na representação que estou fazendo aqui da minha mãe-de-santo, mãe Stela do Ilê Axé Opô Afonjá, que gostaria de estar aqui. “Diga a eles que eu estarei lá de coração. Só não vou estar de corpo”, ela falou, e nunciou que abre as portas do terreiro a vocês. Ela recém-concluiu algumas obras de recuperação no terreiro da Casa de Oxalá, com o auxílio do IPHAN, e nós tivemos a felicidade de ter o terreiro tombado. Acho que todos os terreiros africanos aqui na Bahia deveriam ser tombados e ter essa atenção que vocês vão ter.

Muito obrigado pelo convite, inicialmente feito ao professor Guivaldo, e muito obrigado pela oportunidade de estar cumprimentando a vocês todos. Parabenizo a todos, e em especial ao deputado, por fazer desta Casa uma representação popular.

(Não foi revisto pelo orador.)

4343-II

Ses. Esp. 28/11/12

Or. Bira Corôa

Discussão da Concepção Arquitetônica e Produção dos Espaços para Povos de Terreiros.



O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao deputado Bira Corôa, presidente da Comissão Especial de Promoção da Igualdade.

O Sr. BIRA CORÔA:- Quero saudar a Mesa em nome do proponente desta sessão, deputado e presidente desta sessão, Álvaro Gomes, em seu nome faço a saudação a todos e a todas, mas quero saudar o secretário Elias Sampaio, e destacar, secretário, o papel e a importância que no Estado da Bahia estamos vivendo com a gestão do governador Jaques Wagner, em especial com a condução dessa pasta a partir da sua gestão, sem desmerecer a construção e o enfrentamento feito por todos os secretários que o antecederam, a iniciar pelo secretário Luiz Alberto, deputado federal, por quem demonstro sempre o nosso respeito, a nossa estima e confiança, mas dizer que estamos vivendo um momento de grandes conquistas.

Temos conhecimento e vivenciamos as dificuldades e o muito que ainda temos que enfrentar nesta Bahia e na afirmação nossa negra neste Estado que tem o título de mais negro fora da África, mas que na prática do cotidiano ainda padece de políticas afirmativas e de espaços e de direitos conquistados por nós negros e negras deste nosso Estado.

Quero em seu nome, secretário Elias, saudar o governo do Estado, saudar todo o empenho que tem sido feito, não apenas pela pasta que o senhor conduz mas pelas diversas secretarias que têm como foco abrir a discussão de promoção da igualdade e criar concepções de transformar este Estado numa ação mais presente e mais autêntica ao seu povo.

Quero saudar e ao mesmo tempo pedir a bênção aos mais velhos e aos mais jovens, especialmente em nome de Konmannanjy, quero saudar não a Acbantu, mas todas as instituições que vêm garantindo e afirmando a nossa própria existência e permitindo que a gente tenha a capacidade de assumir a nossa própria identidade.

Aqui foram destacadas as diversas ações, mas em nome do Opô Afonjá, quero saudar e registrar a importância da preservação, da conservação, além da resistência. Porque, digo sempre, assumir a postura de negro era preciso e é preciso ter por trás dessa disposição a sustentação. Na arquitetura a gente chama de pilares, assim como na engenharia. Os pilares firmados para que o povo brasileiro, em especial o povo baiano, pudesse hoje se assumir



negro e negra é nada mais nada menos do que a existência dos nossos terreiros e, acima de tudo, a sua preservação. Não apenas no papel da conduta e da condução de líderes espirituais, mas também da reincorporação e estruturação da nossa real sociedade, a partir do preceito e do conceito familiar para o contexto social. E é assim que os terreiros estão implantados no nosso país, especialmente na nossa Bahia.

Quero saudar o nobre deputado Álvaro Gomes pela iniciativa, juntamente com a Acbantu, de trazer para esta Casa um debate ora tão ignorado no contexto geral. Fico muito satisfeito quando na hora do debate, da discussão da arquitetura contemporânea entra, sem dúvida alguma, o debate sobre a estruturação e a arquitetura dos terreiros em toda a sua modalidade. Ora que o nosso Estado não percebeu a importância e o valor do terreiro na sua totalidade, principalmente nas políticas implementadas no passado e que impulsionaram o movimento de consolidação e de afirmação dos nossos terreiros como um movimento seminômade.

Estou dizendo isso porque a falta de políticas de preservação e de reservas de áreas específicas numa cidade como Salvador, como nos nossos grandes centros, tem impulsionado e provocado os deslocamentos dos terreiros para o Litoral Norte e interiorizando mais essas ações. Isso porque a disposição hoje de matas, como aqui foi muito colocada, a disposição da água e o espaço físico em termos de áreas a serem ocupadas pela especulação imobiliária ou pela ausência de urbanização e de estruturação e de zoneamento dos nossos municípios, têm empurrado cada vez mais os nossos terreiros para distantes dos grandes centros.

E isso, sem dúvida alguma, tem provocado a Lauro de Freitas, a Camaçari e outros municípios um crescimento na implantação de terreiros, e isso em função exatamente da disposição de áreas, principalmente de áreas verdes ou de matas, assim como de água. Mas também pela questão econômica, porque a especulação também leva a valorização e a supervalorização de áreas importantes, estratégicas que têm também ocasionado o deslocamento.

Mas o que quero firmar aqui, para concluir a minha intervenção, é uma saudação breve, parabenizando, acima de tudo, por essa iniciativa, ao deputado Álvaro Gomes por trazer



a esta Casa esse debate, sinto-me muito contemplado com a exposição aqui feita, porque resgata no momento presente o que é a nossa cultura e o nosso conhecimento.

Discutir formas alternativas, vamos assim chamar, para as nossas construções não é nada mais, nada menos do que foi incutido neste nosso Brasil pelo conhecimento ancestral. Aí traz toda a recordação e toda a estrutura da minha infância ali muito próximo em Camaçari e aqui também na minha origem, no subúrbio ferroviário, sou de Periperi e era a base da construção das casas das nossas famílias.

Hoje, com um retoque, vamos chamar assim, tecnológico, ela pode ser muito bem empregada ainda para a manutenção e estruturação dos nossos terreiros, especialmente das nossas próprias moradias. Então, acho que é uma ação importante.

Mas o mais importante a ser destacado é pensar o terreiro respeitando, acima de tudo, todos os conceitos que são implementados na construção de um barracão, da localização e de seus elementos a serem enfrentados. Não só o barracão, mas toda a estrutura do terreiro ou da roça.

Então, essa é uma forma respeitosa, é uma forma de autovalorização e de ação, inclusive, que deve ser incorporado pelo Estado, porque hoje quando se olha para um terreiro num olhar da ignorância, vê-se ali um espaço delimitado que possa ser deslocado ou posicionado ao interesse de quem quer que seja. E é assim que temos enfrentado, até mesmo num programa muito importante, que é o de recuperação de terreiros, quando vai uma empresa ou um mestre de obra, ele chega no terreiro e ele acha que pode mudar a sua visão ou ao seu interesse. E há um conflito firmado muitas vezes entre a construtora e o terreiro, exatamente, porque ela não consegue conceber e compreender. E quando a arquitetura passa a discutir o formato lógico, a implementação, respeitando, acima de tudo, o conceito e o preceito que traz a instalação de um espaço como esse, é extremamente importante.

Por isso antes de encerrar quero aproveitar para parabenizar, secretário, a secretaria pelo mapeamento dos terreiros do Recôncavo e do Baixo Sul, acho um trabalho importante, cabe receber o fruto desse trabalho, mas participei do lançamento e pude vivenciar uma conquista importante, que é firmar a identidade. O Terreiro de Candomblé, assim como o Povo de Santo, não precisa mais de estar à sombra de uma outra religião, não precisa mais ter



à frente – do tão conhecido por nós – o secretismo religioso e não precisa mais das santidades da igreja católica.

Vamos firmar os nossos orixás. Precisamos ter o nosso espaço como um espaço de direito e de respeito como assim são os espaços e templos dos católicos, nobre deputada Maria del Carmen, como assim são os templos das demais religiões contidas em nosso cenário social.

Mas precisamos, também, dos nossos terreiros. O reconhecimento desses espaços é a base deste processo. Isso é extremamente importante até mesmo para assegurar a autoestima do nosso povo que não é belo apenas no dia de festa. O nosso povo é belo em nosso cotidiano. Ele é representativo no nosso cotidiano.

Por isso, quero, de fato, encerrar parabenizando todos e todas e, ao mesmo tempo, quero agradecer a esta Casa e a todos que contribuíram para as comemorações que esta Casa tem feito em torno do dia 20 de novembro.

Para esta Casa e para o estado da Bahia, o dia 20 de novembro deixou de ser apenas uma data e passa a ser um mês de atividades que traz, para o contexto de debates e discussões, a importância de afirmarmos a negritude baiana e brasileira na cidadania deste mesmo estado e na cidadania deste mesmo País.

Por isso, no dia 22 de novembro último, tivemos, aqui, uma audiência pública. Pôde-se, então, discutir a violência acometida à mulher negra. Aproveitou-se o ensejo para dar um destaque ou um reconhecimento a 15 mulheres negras que, em suas atividades cotidianas, se sobressaíram em suas diversas áreas de atuações. Na ocasião, esta Casa teve a oportunidade de entregar o Título de Cidadã Baiana à Benedita da Silva, a nossa mais jovem baiana neste nosso estado.

Por isso, encerramos a nossa contribuição ao dizer da satisfação de estar presente nesta audiência. A todos os presentes na Mesa e no plenário, reafirmo a importância de cada avanço que se tem feito neste cenário histórico para a contemporaneidade e para o legado que iremos deixar de conquistas e de avanços para as nossas próximas gerações. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



4344-II

Ses. Esp. 28/11/12

Or. Cléa Costa

Discussão da Concepção Arquitetônica e Produção dos Espaços para Povos de Terreiros.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Quero registrar as presenças da deputada Maria del Carmen, de Ilê Gileá e de Ilê Axé Ya Omim.

Concedo a palavra a Dr^a Cléa Costa, presidente da Associação dos Procuradores do Estado da Bahia.

A Sr^a CLÉA COSTA:- Bom-dia a todos e a todas. Saúdo a Mesa na pessoa do presidente que convocou esta especial sessão como, também, saúdo todas as nações aqui representadas na pessoa de Konmannanjy. Destaco a importância da representação do estado da Bahia na pessoa do secretário da Sepromi, presente à Mesa.

Em verdade, a minha presença aqui deve-se mais à amizade que possuo nesta Mesa, porque vim para aprender e, realmente, sairei muito satisfeita, já que, na condição de procuradora do Estado, precisamos ouvir, compreender e nos sensibilizar com todas essas demandas que, ao final e ao cabo, vão parar em nossas mesas de trabalho.

Foi nesse sentido que participei e tenho participado, ativamente, de todas as questões relacionadas à diversidade existente no estado da Bahia e no Brasil. Sabe-se da necessidade que existe de construir um cenário novo e um Estado novo que consigam agregar todas essas diversidades.

Nós temos um Estado concebido há muito anos ou há muitos séculos. Este Estado tem toda uma estrutura formal, patrimonialista, que se relaciona bem com a cultura ocidental, mas que desconhece ainda todas as outras bases culturais que o formou. E quando a Constituição nos fala da necessidade de um Estado democrático de direito, ela nos fala disso, de um Estado que seja inclusivo, de um Estado que seja realmente democrático. Nós temos ainda padecido nesses longos anos, após a Constituição de 88, porque nos faltam dialogadores, nos faltam interlocutores, sensíveis, que compreendam essas demandas e levem para dentro do Estado essas demandas e deem um tratamento adequado.



Então, nesse sentido, só queria destacar que este é um momento histórico, é um momento em que a Casa Legislativa recebe essa pauta que tem como tema central a diversidade, que reconhece formas e necessidades novas de se relacionar com a arquitetura das comunidades tradicionais. Hoje, os terreiros, que são verdadeiras nações, cada um com suas regras ancestralmente transmitidas, não escritas, mas verbalizadas, uma oralidade muito forte, esse é um grande estranhamento que o estado democrático brasileiro tem na medida em que exige registros formais de muita coisa, e não consegue compreender que essas realidades diversas não falam só com a escrita.

E mais, registrar que graças à sensibilidade do nosso procurador-geral do Estado, Dr. Rui Cruz, nós fazemos parte do chamado Núcleo Setorial Para a Área Social, que percebe o Estado e as secretarias numa transversalidade de matérias que precisam dialogar e ter um interlocutor que consiga traduzir para que isso se torne documento no Estado e que não firam o seu sentido básico que é de prestar serviços públicos e reconhecer todos na sua igualdade.

Foi nesse momento que a Procuradoria foi chamada a, mesmo de maneira informal, a compreender o que se passava por trás de um projeto tão importante como esse, que trata da arquitetura das comunidades de terreiros. Percebemos que o que havia, embora grandes valores pessoais envolvidos para dar trato a esse projeto, há sempre dificuldade de traduzir essas ações em documentos. E, às vezes, problemas mínimos, como “precisa prorrogar o contrato”, se tornam grandes problemas. Às vezes, um simples fato de dizer “o cronograma precisa ser modificado porque foi constatado algo novo” causa uma grande dificuldade para executar um projeto tão importante.

Então é a Procuradoria Geral o Estado que tem que entrar nesse diálogo desde a base. Toda vez que a Procuradoria é chamada no nascedouro do projeto ela consegue compreender e abrir espaços dentro da legislação sem fazer nenhuma concessão à falta da moralidade e da transparência, etc. Mas consegue traduzir de maneira mais adequada isso para os documentos.

Então é essa a proposta da minha presença como cidadã antes de tudo, como procuradora do Estado, e hoje como representante da Associação dos Procuradores do Estado



da Bahia. Que sejamos convocados a participar desde o momento inicial, porque o estranhamento que a arquitetura vive e que já tem resposta, a Procuradoria e a consultoria jurídica podem ter resposta diante do estranhamento, desde que ela tenha conhecimento.

Bom, para finalizar, eu sou um perigo com um microfone na minha frente, eu queria lembrar coisas que foram ditas nesta sessão que são importantes, principalmente pelo nosso mestre Fábio. Diálogo, respeito à diversidade, humildade na escuta são realmente características que nos tiram de grandes problemas e nos fazem transpor os nossos limites. Nós somos limitados quando ignoramos, mas podemos deixar de ignorar à medida que escutamos as diferenças, as respeitamos e dialogamos.

Como sugestão, eu deixo, há a necessidade de que todas essas associações, as secretarias, as casas legislativas reflitam um pouco sobre mudanças que precisam ser feitas na Lei nº 9.433/2005, que é o estatuto de licitação do Estado da Bahia. Lá, nós temos um capítulo reservado a convênios. Mas esses dispositivos não se adequam a momentos que estamos vivendo, a construções, afirmativas e direitos fundamentais das minorias. Ele é meio que, concebido como um documento contratual, se alimenta de regras contratuais que terminam amarrando essa relação nova que temos com esses direitos que não são novos agora, mas são novos na vivência do Estado.

Então, nós precisamos trazer sugestões novas para este estatuto de licitação. Já fizemos alguns estudos na Procuradoria, mas ainda não avançaram. Precisamos ter, pelo menos, convênios para a área social, porque são diferentes, tratam de direitos fundamentais e muitas vezes se referem a bens imateriais, como é essa hipótese aqui da arquitetura, que se relaciona com bens materiais e imateriais. Mas não só aí. Também em questões relacionadas à assistência social e ao sistema SUAS, porque muitas vezes numa intervenção arquitetônica dessas, na verdade, o Estado está se deparando com questões de ordem social muito mais ampla e não consegue dar conta, visto que o seu instrumento é limitado.

Então precisamos, sim, fazer uma grande frente. Essa é a convocação que a Procuradoria pode passar desde o início, mas a sociedade tem que provocar, esse instrumento tem que se atualizar, porque as regras de contrato muitas vezes não cabem.



Outra coisa que eu igualmente gostaria de dizer ao final é que hoje, graças a um trabalho longo que se iniciou em 2007, nós temos realmente a materialização desse mapeamento. Mas para conseguirmos implantá-lo com a Sepromi usamos um sistema novo que está na nossa lei, porém estava adormecido: o credenciamento.

O credenciamento foi um sistema que permitiu que identificássemos, com a ajuda da sociedade, profissionais que podiam trabalhar nesse mapeamento. E se nós estivéssemos presos a licitação, preço e técnica, licitação e inexigibilidade da licitação, talvez levássemos mais 10 anos para chegar ao resultado final.

Então há instrumentos novos. Nós da Procuradoria podemos colaborar nessa construção nova, e é essa fala técnica que trago aqui como reflexão para este novo momento que o Estado Brasileiro precisa viver. Ele tem um aparato de instrumentos jurídicos. Muitos deles já envelheceram, e nós podemos reatualizá-los. Não vamos quebrar o Estado, não. Precisamos reatualizá-lo com instrumentos novos. E a Procuradoria precisa estar nesse diálogo. Nem que seja só para ouvir, aprender, se sensibilizar.

Um técnico da área de arquitetura chega e diz: “Doutora, esse cronograma não funciona. O plano de trabalho não é assim, precisava ter aspectos novos.” Não pode porque já foi celebrado. E não é assim. O “não pode” tem de ceder lugar ao “vamos ver o que é possível.” E é essa a convocação que em meu nome, como cidadã, procuradora do Estado e presidente da Associação dos Procuradores, eu faço aqui neste cenário, nesta Casa, mais uma vez orgulhosa por estar participando sob a liderança do deputado Álvaro Gomes, que é muito sensível às questões mais diversas, como a causa da mulher e o papel da Procuradoria, que também já foi abordado aqui em sessão especial.

É uma honra. Agradeço e estou, como disse a Konmannanjy e a qualquer outro representante da sociedade civil, pelo menos pelo que pude colher até hoje da minha vida profissional, à disposição de qualquer causa que fale de ações afirmativas, de direitos fundamentais e de um Estado novo, inclusivo, democrático, porque o que aí está ainda é um arremedo que não chega aos pés do que deseja a nossa Constituição Federal.

Muito obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



4345-II

Ses. Esp. 28/11/12

Or. Raimundo Nonato da Silva

Discussão da Concepção Arquitetônica e Produção dos Espaços para Povos de Terreiros.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Informo que estamos aqui com o convite para uma sessão especial na Câmara de Vereadores, na qual será concedida a Medalha Zumbi dos Palmares ao Sr. José Vicente, reitor da Faculdade Unipalmares, de São Paulo. Esse evento será no dia 30 de novembro, no Plenário Cosme de Farias da Câmara Municipal.

Essa sessão especial e a concessão dessa Medalha são de autoria da vereadora Olívia Santana.

Concedo a palavra ao presidente da ACBANTU, Raimundo Nonato da Silva, que é o Tata Konmannanjy.

O Sr. RAIMUNDO NONATO DA SILVA:- Queremos agradecer, primeiro, a Zabiapongo, o nosso bacuro, por nos conceder a honra de estar aqui, aos nossos antepassados, porque tudo começa neles, somos só uma extensão. Sabemos que o que estamos fazendo aqui, hoje, quem vai fazer uso vão ser nossos netos, não vamos ser propriamente nós. Somos somente um carro para levar isso para frente.

Agradeço à Mesa e ao deputado Álvaro Gomes por acatarem a nossa solicitação. Aliás, já é a terceira vez que fazemos sessões especiais com um tema específico; agradeço ao Dr. Elias, nosso irmão e secretário de Estado; ao vice-presidente; a Fábio; ao meu irmão Paulo; a Ricardo; a minha irmã que está aqui presente; e a nossa querida e amada Dr^a Cléia. Obrigado por estarem aqui. Fiquei até surpreso ao ver tanta gente, porque hoje, às 10h, Salvador está um inferno, tudo parado. Só andando de helicóptero, viu, Álvaro.

Gente, não vim aqui hoje para brigar, embora eu não saiba mediar muito a paz, não. Gosto mais de lutar. Fico sem saber o que dizer, porque gosto é de brigar. Mas tenho de agradecer ao governo do Estado, porque este governo é de todos nós.

Mas, Sr. Deputado Álvaro Gomes, esta Casa tem de estar preparada para receber o povo diverso. Dr^a Cléia também tem de dar um conselho a esta Casa, porque nem todo



mundo é cristão. Não me sinto representado por uma cruz com um homem sofrendo; sou do candomblé, não sou cristão. Represento um grupo de pessoas. Tem de fazer como a nossa presidente, que diz que o Estado é laico. Tanto que eu trouxe um caxixi para nos representar, que é o símbolo do dono da terra e da Nação Angola.

Tem de se rever isso. Não sou cristão, muitos aqui não são cristãos. Isso é de cristão? (Aponta para os copos de água próximos ao microfone da tribuna). Água até cai, e é bom, porque é de coco, e esta terra é de todos nós, não é só de um. (Palmas)

Fico procurando saber as questões, doutor, porque tudo para nós é difícil. Não estou dando uma de coitadinho, porque não gosto de ser coitado. Sou filho de um rei, não sou plebeu, não gosto de ser coitado, mas tudo para nós é difícil.

Vamos verificar a questão da arquitetura. Não se conhece nada nosso, ninguém nos escuta. Agora, graças a Deus, estão surgindo meninos novos para fazer uma recuperação. O governo não conhece a gente, não escuta a gente, erra, não pede desculpas, diz que não sabe, não é humilde.

A Igreja do Rosário dos Pretos é um símbolo disso. Gente, como é que começa a igreja com uma obra, eu sou leigo, uma obra se começa de baixo para cima, não é isso? Como é que se concebe uma obra de cima para baixo, só quando é coisa de preto. Quer dizer, me fazem aquela igreja bonita, uma igreja que nossos antepassados passaram 98 anos para construir. Aquela igreja á Bantu, é igreja Kibunu, é dos meus ancestrais, dos nossos ancestrais. Quase 99 anos para ser construída e me chega uma recuperação agora do teto para baixo.

Acabou, só que faltou o esgoto, como é que pode um negócio desses? Falta de entendimento. Acabou, agora faltou o portão. Outra coisa, o portão, que é cravejado, e o pessoal não quer dar 15 mil reais porque aquele portão, para recuperar, é quase 100 mil reais. O portão é cravejado, não é soldado. O portão é de mais de 300 anos.

Quer dizer, não entendem o que somos. Política nacional, desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, das quais o Acbantu faz parte e ajudou a fazer esse decreto 6.040, que é de 7 de fevereiro de 2007. E nosso deputado federal Luís



Alberto está na vanguarda, junto com a gente, em Brasília, tem um projeto de lei que está no Congresso Nacional que estamos acompanhando.

Aqui diz, para fins desse decreto, compreende-se povos e comunidades tradicionais grupos culturalmente diferenciados que se reconhecem como tal, que possuem forma própria de organização social, que ocupam e usam o território de recursos naturais com condições para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica. Decreto federal que o Estado da Bahia não segue. Nós somos quem? Somos meros votantes, só sabemos votar. Só servimos para votar.

OIT 169, outra discussão que estou lutando em Brasília, já fui ao Ministério, uma beleza, como é lindo. Artigo 5º, vou poupar aqui, tem muita coisa. Diz: “Deverão ser adotadas com participação, cooperação dos povos afetados”. Isso não acontece. “Medida para atender as dificuldades experimentadas para os povos ao enfrentar novas condições de vida e de trabalho. Deverá ser respeitada a integridade dos valores práticos da instituição desses povos”. Convenção 169 do OIT, Brasil é signatário. Trabalhar tudo isso e jogar no lixo.

Nós somos estrangeiros em nossa própria terra. Quando foram fazer a medição, mediram o barracão e não mediram o espaço sagrado nosso e nem perguntaram o que era isso para a gente. Falamos e não resolveu nada. Quer dizer, o barracão é o espaço sagrado para ele. A casa que nós dormimos não é sagrada, o território não é sagrado. Eles não conhecem a nossa ancestralidade e nem procuram saber. Quem manda em nossa casa não somos nós, são nossos ancestrais, são nossos baculo, que na língua Kibunu se chama Baculo, Baculo e tu, nosso ancestralidade, que determina até onde vai a nossa Terra, até onde vai a idade daquela Terra, da nossa *in totum oli*, do nosso chão. Somos movidos pela ancestralidade. Para andarmos para a frente, temos que olhar para trás, porque se não olharmos para trás não vamos andar.

Meus irmãos, tenho que agradecer ao Governo do Estado por estarmos dentro. Com tudo isso tenho que agradecer ao Governo do Estado. Acho que eles estão aprendendo. Estão aprendendo como é que o Governo anda, porque é uma tartaruga ordinária, um reme-



reme... É aquele jipe na primeira. Menino, como o homem é devagar! Estão aprendendo...E o Governo está aprendendo que tem povo diferente do dele.

Dizem que todo preto é igual. Preto não é igual não! Eu sou um preto de Candomblé, minha etnia é *kimbundu*. Existe preto que é de Candomblé e que é *ketu*, existe preto que é de Candomblé e que é *ijexá*, existe preto que é de Candomblé e que é muçulmano. Não somos iguais! Então, o Governo está olhando isso, e tenho que lhe agradecer essas oportunidades que temos. Agradecer à Sucab, agradecer à Sedur, agradecer ao nosso povo. Estamos sofrendo demais. Era para ser uma obra de 1 ano, já são 3 anos! Precisamos de ajuda, doutora Clea, meu querido e amado irmão secretário. Precisamos de ajuda. Precisamos, porque alguém vai morrer de tédio. Uma mãe de santo ficar interditada 3 anos numa atividade que ela faz há 80 anos... Ela vai morrer. E o culpado? Não há culpado. É a questão da máquina. Não sei o que foi isso aí. Três anos, o dinheiro é o mesmo, e não têm condições de fazer nada. São essas leis que temos que driblar, doutora. Não sei como driblar essas leis. Um dinheiro de 3, 4 anos... O cimento custava acho que R\$ 10,00 ou R\$ 7,00, hoje custa acho que R\$ 20,00. Como é que esse dinheiro vai dar? Como é que coloca dinheiro aí dentro? E eu preciso da Seplan, porque a Seplan é para cuidar de coisa de preto. Oficialmente, não fiz, mas estarei dando justificativa... Já falei com V.Ex^a.

Estou pedindo ajuda à Universidade Federal da Bahia em nome de doutor. Só tem doutor, e é bom ver tanto negro doutor. Tanto negro doutor... Graças a Deus! Estamos pedindo ajuda a esse povo para amenizar os problemas. Temos que fazer uma coisa, doutora, ou doutores que trabalham nesse ramo. O Governo não pode fazer investimento, mas temos que passar um documento para o Governo, dando a ele 20 anos de concessão do terreno. Isso é errado! Aquela terra nem nossa é! Está empenhada por 20 anos ao Governo! Daqui a pouco entra um governo maluco, e o que não falta no Brasil é governo maluco, e toma nossas terras! (Palmas) São 20 anos! Tem que se mudar isso! Está todo mundo com a terra empenhada. Os 53 terreiros estão com a terra empenhada por 20 anos! Como é que vamos fazer se o Governo disser “essa terra é minha”? E é dele, porque foi ele que assinou para fazer essa reforma que já dura 4 anos e não conseguimos concluir. Ficam um com o outro, o



outro para o outro... Todo mundo é culpado e todo mundo está certo! Isso é coisa de maluco! Temos que dar um jeito nessa situação.

Agradeço aqui ao Governo, ao deputado Álvaro Gomes e a todos vocês. Precisamos de ajuda.

(Texto falado em língua africana.)

O Sr. RAIMUNDO NONATO DA SILVA:- Só me resta pedir perdão a Deus, para ver se ele dá mais uma força aqui. Tenho que pedir perdão a Deus até pelo que não fiz, pelo que não sei e pelo que vou fazer amanhã. Estou pedindo já perdão para ver se consigo ajuda.

Estou aqui nesta Casa, dizem que esta Casa é do Povo, mas não é do povo, é de um povo diferenciado. Essa Casa ainda não me pertence, ainda não me vejo aqui porque não sou cristão. Então essa Casa ainda não é do povo, é de determinado tipo de povo. Não é do povo em geral. Quando for do povo, troca-se aquela imagem bonita que está sofrendo há muito tempo crucificado ou não bota nenhuma ou bota de indígena, bota de muçulmano, de candomblé, bota até de ateu, faz um x, qualquer coisa ou então tira tudo. Porque esta casa é a Casa do Povo. Tem que conversar com o presidente desta Casa e dizer que ela é só dele e dos cristãos, não é minha, não é do povo que vota nele, que elege o governador, que elege os senadores, que elege os prefeitos. Eu quero que essa Casa seja minha e esta Casa é nossa.

Está lembrado daquela sessão em que o deputado disse que só entra com o povo, eu disse que era o povo e entrei? Foi uma confusão a primeira vez que entramos aqui. Um deputado disse que esta Casa era do povo e quem mandava era o povo. Eu disse: então estou em nome do povo, estou me atrelando ao povo que tenho muito povo, tenho mais povo que o senhor. E nós entramos. Isso já faz 3 ou 4 anos. Foi uma briga. Todo mundo estava de branco.

Nossa querida e amada deputada, meus respeitos.

Vou fazer um cântico aqui de 2 minutos, porque já estamos com fome. E outra coisa, não pude dar comida a ninguém porque o projeto não tem dinheiro para dar comida. Esse projeto a gente faz sem ganhar, deputada, uma caneta. Eu não tenho dinheiro de um projeto de 2 milhões e 100 mil reais. Estamos fazendo por amor aos nossos antepassados. Eu



não tenho dinheiro com esse projeto para comprar uma caneta. Por isso, gente, é que eu não posso dar uma merenda a vocês hoje.

O nobre deputado Álvaro Gomes está com problemas também porque teve a eleição, mas os deputados estão com esse problema aqui, ajuste de contas.

Então vamos descontar isso no dia do aniversário. E tem outra coisa, no dia 12/12/12a Acbantu faz 12 anos. Que beleza, né? Parece até que eu inventei isso aí. Mas no dia 12/12/12 é o aniversário da Acbantu no Sesc-Senac e aí vai dar com o nosso projeto do Novembro Negro, vamos misturar com o aniversário. E vamos comemorar, vamos fazer um projeto bantu e, depois quando acabar o projeto, comemoraremos o aniversário que vai cair no dia 12/12/12.

Todo mundo está convidado para no dia 12/12/12, no Teatro Sesc-Senac, Pelourinho, às 15 horas. Lá, vai ter comida de preto que o projeto está bancando, não é não, doutor? Olha o nosso irmão ali.

(O Sr. Raimundo Konmannanjy canta uma música em Yorubá.)

(Não foi revisto pelo orador.)



4346-II

Ses. Esp. 28/11/12

Or. Elias Sampaio

Discussão da Concepção Arquitetônica e Produção dos Espaços para Povos de Terreiros.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Estamos chegamos ao final de nossa sessão especial.

Concedo a palavra ao secretário estadual da Promoção da Igualdade, Elias Sampaio, representando aqui, neste ato, o governador Jaques Wagner.

O Sr. ELIAS SAMPAIO:- Bom-dia a todos e a todas. Aproveitando que todos já falaram quase tudo, tentarei falar o mais rápido possível sem, necessariamente, perder a oportunidade de fazer algumas pontuações importantes.

Gostaria, primeiro, de saudar o presidente desta sessão especial, deputado Álvaro Gomes, para, em seu nome, saudar, também, todo o restante da Mesa. E, em nome de Taata Konmannanjy, gostaria de saudar todos os presentes aqui como o presidente da Acbantu e fazer esta saudação a todos e todas que, aqui, estão.

Em primeiro lugar, queria parabenizar mesmo o deputado Álvaro, porque não sei se foi coincidência ou não, proposital ou não, mas esta atividade aqui acontece no dia 28 de novembro, porque é, exatamente, o período do mês de novembro onde não só o movimento negro mas, no caso da Bahia, comemora-se o Novembro Negro.

Vejam, apesar de, também, estarmos no meio do Novembro Roxo – fato que falava com o deputado Álvaro Gomes anteriormente – para o povo negro aqui na Bahia e no Brasil, o mês de novembro é o mês da consciência negra. Bem, aí, nós não abrimos mão de, neste mês, estarmos fazendo um chamamento à sociedade para refletir sobre vários pontos relacionados a esta questão da consciência negra. Penso ser bastante acertada a proposição desta sessão especial neste período.

Aqui na Bahia, melhor, no Brasil como um todo, depois do governo Lula, a questão do Novembro Negro, deputado, não ficou circunscrita mais às atividades do movimento social. O governo do estado institucionalizou o Novembro Negro como um



momento para que todas aquelas entidades façam uma reflexão do que estão fazendo em relação a isso.

Observem, algumas pessoas imaginam que o Novembro Negro, para o governo da Bahia, é o momento da Sepromi ou do CDCN. Este último é outro órgão que trabalha com esta questão para dizer alguma coisa. Não é isso. Depois da criação da Sepromi, em 2007, todo dia é dia de preto no governo da Bahia. Temos de fazer o trabalho institucionalmente durante todo o ano. Agora, o mês de novembro é o momento de se fazer uma grande reflexão do governo e não é apenas da Sepromi. Então queria parabenizar esta sessão especial, também, por causa disso.

Eu queria dizer uma outra coisa que tem muito a ver com o que está sendo proposto aqui. Obviamente, depois que Konmannanjy fala, ele provoca tanto que a vontade que temos é de fazer um diálogo com ele. Mas conhecemos Konmannanjy há muito tempo. E é isso mesmo, ou seja, ele cumpre o papel que lhe foi dado.

Queria chamar a atenção para uma coisa. Vejam, temos de ter clareza sobre algumas questões, porque senão faremos um debate sem tocar no fundamental. A primeira coisa é: nós, da institucionalidade, devemos começar a refletir sobre este conjunto de atividades que a gente vem fazendo, não só no mês de novembro, mas durante todo esse período com as comunidades tradicionais e com o movimento social.

Nós devemos sair um pouco do lugar de alguém que está dando para ir para o lugar de alguém que está recebendo.

Apesar de eu não ser uma pessoa iniciada no candomblé, queria dizer a todos aqui que o candomblé tem dado para nós, historicamente, um ensinamento muito importante. É neste sentido que queria chamar a atenção, pois uma atividade como esta é uma atividade, principalmente, para que a gente faça uma reflexão daquilo que é necessário para as instituições fazerem hoje para se adequar a este conjunto de ensinamentos que está sendo dado.

A Bahia não se compreende enquanto Bahia, se não fosse pela interferência, e, principalmente, pelo conjunto de conhecimentos que foram trazidos da África, senão seria outro lugar. E o Brasil também.



Temos a diáspora no mundo todo, mas aqui temos especificidades que fundamentalmente são caracterizadas por aquilo que teve um crescimento mais frutificado da cultura africana, que tem a ver com a religiosidade. Poucas são as coisas que identificamos como cultura baiana que não tem origem na África ou no candomblé. Por exemplo, a figura da baiana veio de onde? O nosso tão famoso acarajé, o bolinho de Iansã, veio de onde?

Chamo a atenção para isso para chegar, professor Fábio, nas considerações que o senhor fez aqui. Quando discutimos a questão da arquitetura do espaço de religião de matriz africana, não estamos discutindo qualquer arquitetura, não estamos discutindo qualquer intervenção espacial. Quero pedir permissão ao pessoal da Sucab e da Sedu, não sou arquiteto nem da área de urbanismo, mas discuto a questão espacial, e quero trazer o ensinamento de um baculo nosso, pelo menos as pessoas assim já fizeram essa referência.

O terreiro é um espaço, e Milton Santos, geógrafo, pai, dizia que dentre tantas categorias do espaço, como religião, território, paisagem etc, ele dizia que o lugar era o espaço que deveríamos ter o cuidado mais apropriado, pois o lugar é onde o homem vive, o homem mora. Os terreiros, os espaços de matriz africana, não são um lugar onde as pessoas vão apenas cultivar. As pessoas vivem naquele lugar.

Quando pensamos em falar de arquitetura do espaço de religião de matriz africana, não estamos falando, absolutamente, de um concreto, de um prédio construído. Podemos falar, inclusive, disso, mas estamos falando de um espaço que deve ser compreendido na sua totalidade. Essa é a discussão.

Então, Konmannanjy não osso me furtar a fazer esse debate com você. Como somos irmãos, podemos fazer esse debate público e muito aberto. Esta compreensão não é acadêmica nem institucionalizada ainda. Sabe por que? Porque a menos de 130 anos atrás, nós, sequer, tínhamos condições de fazer um debate como cidadãos porque nós não éramos cidadãos. Se não éramos cidadãos, as nossas questões não eram consideradas elemento dentro de uma sociedade como era organizada à época.

Não estou dizendo isso para ficarmos tristes. Gosto de falar que o meu copo sempre está meio cheio, nunca está meio vazio. Temos muito que caminhar, temos mesmo, mas já caminhamos muito também. Esta sessão é uma demonstração disso.



Todo processo de estruturação institucional que os governos federal e estadual têm feito nos últimos 10 anos no Brasil e nos últimos seis anos na Bahia, é uma demonstração disso. A fala da procuradora é uma demonstração disso. A fala do professor Fábio e dos outros representantes do Estado são demonstrações disso.

Você é membro da Comissão de Povos e Comunidades Tradicionais do Estado da Bahia. Temos de dividir com nossos parceiros o que nós estamos fazendo lá. Estamos discutindo um plano de desenvolvimento sustentável para as comunidades tradicionais. Sabe por que? Da mesma forma que a institucionalidade não conhece perfeitamente algumas coisas do nosso povo, nosso povo também não conhece muito a institucionalidade. A institucionalidade, por pior que seja, mas é assim que acontece também em outras linhas, trabalha de forma a incremental, infelizmente.

Quando vamos para a institucionalidade, não podemos fazer todos os dias revoluções, às vezes temos de fazer através de evoluções. Por exemplo, 53 terreiros, acho que é isso, para o total de terreiros de Salvador, é uma quantidade muito pequena. Foi dado um dado de 2.000 e pouco, mas me parece que de acordo com o mapeamento da Semur são 1.136, se não me engano, não é, Cosme? Em torno disso.

Então, se de 1.136, fizemos uma intervenção em 53, que ainda não acabou, é claro que poderíamos considerar pequeno, se nosso copo estivesse meio vazio – mas nosso copo está meio cheio –, é um passo relativamente grande para uma institucionalidade que sequer compreendia a realidade desses terreiros. O que acontecia anteriormente? Anteriormente, eram aquelas casas que tinha uma relação mais forte, digamos assim, com outras instituições, tinham acesso. E o que estamos tentando fazer hoje? Estamos tentando fazer isso como o Estado deve trabalhar. O Estado deve trabalhar para uma coletividade cada vez maior possível. É por isso que as coisas, às vezes, não andam como deveriam, em passo de tartaruga, como você colocou, que eu não concordo. Eu concordo que é uma velocidade normal. E você sabe muito bem que eu aprendo muito com você. Da mesma forma que há especificidades da gente no tratamento dentro das nossas questões da religiosidade, há especificidades dentro do tratamento na questão da institucionalidade.



Então, assim, eu diria que essa questão, por exemplo, do tempo desse projeto, obviamente, você sabe que a Sepromi e todo o governo do Estado estão à disposição para tentarmos construir isso de forma mais rápida. Nós não podemos esquecer, no entanto, que estamos num processo de aprendizado. Sabe por que? Por exemplo, qual é o grande problema, hoje, dos espaços de religião de matriz africana? Essa não é uma coisa pacífica e que nós vamos ter de brigar muito ainda por isso. Regularização fundiária. Todo mundo sabe disso. A regularização fundiária é um problema dentro da cidade de Salvador e do Estado como um todo, no geral.

Quando chega nas questões das religiões de matriz africana há um problema mais sério ainda para ser tratado, porque os espaços de religião de matriz africana não podem prescindir dos seus espaços para ter as suas áreas de mata e o próprio chão físico para pisar, não é apenas um prédio.

Então, assim, a minha fala, aqui, primeiro para dizer que não é apenas a Sepromi, o governo do Estado está à disposição para tentarmos fazer o melhor possível. Agora, o que é o melhor possível para o governo do Estado? É o melhor possível que atenda à comunidade e as demandas, mas também é o melhor possível que consiga ser feito sem criar problemas para o seu irmão aqui, para a sua irmã Cléia. Sabe por que? Porque nós temos o costume, quando nos reunimos, de falar que temos de reescrever a história. Não é isso? Nós temos quer escrever a história, como estamos reescrevendo: Zumbi é herói nacional, os heróis de Búzios são heróis nacionais. Nós estamos avançando para essa questão, eu diria, a passos largos, considerando o que é possível ser feito.

Nós temos também, amigos e amigas, que reescrever as instituições, porque quando a gente fala do governo, o governo executivo é apenas uma das pernas do Estado, as outras pernas são o Legislativo e o Judiciário. A pergunta é: como andam o Legislativo e o Judiciário nessa linha? Eu falaria que, no caso da Bahia, o Legislativo também está avançando muito. Esta sessão é uma demonstração disso; a nossa Comissão de Promoção da Igualdade é uma demonstração disso; o projeto de lei que está nesta Casa para regulamentar terras devolutas para fundos e fechos de pastos e comunidades quilombolas é uma



demonstração disso; o projeto do Estatuto Estadual da Igualdade Racial, que estamos tentando aprovar aqui, é uma demonstração disso.

Vejam, temos uma outra perna que é o Judiciário. Eles nos compreendem? Não. Se eles não nos compreendem, nós temos dificuldade de avançar com a velocidade que é necessária.

Então, assim, eu diria primeiro a vocês todos que a nossa disposição, disponibilidade e compromisso – porque poderíamos ter disposição e disponibilidade, mas não ter compromisso – é de avançarmos não só nisso. Eu acho importantíssimo esse trabalho que foi apresentado pelo professor Fábio. Acho que nós temos que avançar para algumas coisas. Aí eu acho, deputados presentes, o deputado Bira Corôa e o deputado Álvaro Gomes, a Assembleia, como o Executivo, mas como estou aqui vou fazer o pedido a vocês, tem uma tarefa e vou dizer o porquê. Repare, as religiões de matriz africana na Bahia não são um patrimônio apenas do povo negro e sim do Estado da Bahia, e não é governo, é patrimônio da sociedade baiana, porque todos os referenciais simbólicos, quer seja na menor favela da cidade até o mais luxuoso prédio aqui na cidade usam as referências das nossas religiões. Primeiro isso.

Segundo, nesse mapeamento que eu trouxe e que eu queria pedir somente para chamar atenção de uma coisa, porque tem a ver com o que vou propor aqui, deputado, que é o seguinte: o mapeamento, muito bem colocado pela Dr^a Cléa, começa em 2007 com a emenda parlamentar, que significa dinheiro para fazer independente do orçamento do Estado. Ou seja, algumas pessoas pensam que a Sepromi não tem orçamento, mas além dela ter orçamento, professor Fábio, ela busca orçamentos externos, porque o seu papel é de articulação e de política, não de execução. A execução é da Sedur, da Sucab, Sedes, outros órgãos.

Então, nós conseguimos essa emenda parlamentar através do deputado Luiz Alberto, o projeto foi feito e a mim coube a tarefa de colocar esse projeto à disposição. Algumas pessoas podem dizer: mas isso é apenas uma publicação? Não, esse é o primeiro passo de referências importantes para as políticas que precisamos. Quero dar um exemplo que não tem qualquer publicação. Uma das coisas que foi falada aqui é o meio ambiente, e



foram levantadas algumas questões importantes: existência de árvores sagradas, matas, fontes, nascentes, lagos e lagoas em área de terreiro. O que estou dizendo com isso? Que a manutenção de espaço de religião de matriz africana são inclusive necessárias para a preservação do ecossistema das pessoas.

Conclamo a esta Casa a discutir qual a responsabilidade, por exemplo, dessas empresas, principalmente todo o mercado imobiliário, sobre essa questão. Quando se retira algo de um lado pode colocar do outro. Vou dar um exemplo concreto aqui. Foi feita uma grande intervenção urbana na Av. Vasco da Gama, professor Ubiraci. Qual foi a responsabilidade daquela intervenção para a área daquela avenida que, inclusive está cercada de terreiros? Não somos contra a intervenção urbana, ao contrário, a cidade do Salvador é a terceira maior capital, mas quando fazemos em qualquer lugar do mundo as intervenções urbanas respeitam. E quando se diz respeitar significa que, ao respeitar alguns espaços de religião de matriz africana, não estamos respeitando apenas o espaço para o culto dessas religiões, mas preservando nascentes, lagoas, árvores e plantas que são vulneráveis a extinção.

É esse o debate que queremos fazer e aí é que parabenizo de novo esse trabalho. Essa técnica da arquitetura que você demonstrou aqui, professor, é algo que temos de compreender não como uma obrigação, mas como uma inovação tecnológica reversa que pode nos ajudar do ponto de vista financeiro. Então, esse tipo de compressão posso garantir que o governo do Estado da Bahia tem, porque quando falo aqui não estou falando por mim. Agora, eu também não vou dizer a você que o fato de termos a compreensão significa que todo o aparelho do Estado já está devidamente preparado para fazer essa intervenção, não é?! Nós estamos passando por um processo de aprendizado. E se tem uma coisa que eu aprendi, inclusive com você, outras lideranças e pessoas importantes do candomblé - aqui posso citar duas: a nossa Makota Valdina e a nossa Mãe Estela -, é que precisamos, sim, aproveitar o momento atual em que há uma convergência de interesses entre o setor público e essa comunidade que está aqui para que possamos avançar numa política pública adequada.

Infelizmente, as políticas públicas não são coisas que nascem da cabeça do secretário e do governador. E no outro dia colocamos em prática. Ao falar da diversidade, as



políticas públicas, gente, são espaços de disputa dos diversos grupos sociais. Qual é a diferença do antes para o hoje? É que neste momento da história brasileira e da Bahia - não tenho problema em dizer isto, falo a cavaleiro - esta questão que estamos discutindo nesta Casa faz parte dos interesses endógenos do governo do Estado da Bahia.

Nossas questões que estão sendo discutidas nesta sessão não são estranhas ao governo do Estado da Bahia. Eu sempre digo: quando as pessoas falam “ o governo fez isso, o governo fez aquilo”, fica parecendo que o governo é uma pessoa que está sentada numa cadeira, em algum lugar, apertando um monte de botões para que as coisas aconteçam. Não é isso. O governo é um espaço onde as coisas devem ser discutidas respeitando as divergências e a diversidade.

Nós temos que ser inteligentes o suficiente para perceber que não precisamos e não devemos jogar a criança fora junto com a água suja do banho. É isso de mais importante que tenho para dizer. Quando damos banho na criança, na bacia, jogamos a água suja fora, mas a criança fica.

(Um participante da Mesa se manifesta próximo ao orador.)

O Sr. Elias Sampaio:- Acho importante a colocação, mas o fundamental que quero dizer é o seguinte: nós caminhamos muito, porém o nosso caminho é longo. E não podemos perder de vista que todos os instrumentos que estão sendo criados hoje, institucionais inclusive, de controle social têm que ser muito fortalecidos.

É por isso, Konmannanjy, que faço muita força na Comissão de Povos e Comunidades Tradicionais. Humildemente, tenho de dizer que para mim foi muito importante e uma das primeiras coisas que fiz em minha gestão.

Hoje, nós estamos num processo de reestruturação do Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra, porque ao fim, ao cabo, quem tem de ser o grande guardião das políticas públicas para todas as comunidades tradicionais e todo o povo da Bahia são os órgãos de controle social, porque os governos passam. Os órgão de controle social têm a responsabilidade de estar presentes para acompanhar. Hoje, nós temos um governo totalmente aliado e que compreende esta questão. Não sabemos isso no futuro. O



risco que não podemos correr é permitir um influxo e uma involução no pouco caminho que temos feito. Por isso, a ideia é fortalecemos e haver mais sustentabilidade.

Muito obrigado a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)



DL-02

Ses. Esp. 28/11/12

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Finalizando, queria agradecer a presença de todos e dizer que esta Casa Legislativa continua de braços abertos. Inclusive, temos uma comissão tratando dessas questões cotidianamente, que é Comissão de Promoção da Igualdade, presidida pelo nobre deputado Bira Corôa. Evidentemente, algumas atividades já foram realizadas aqui.

Esta Assembleia Legislativa é cristã e também do candomblé. Hoje, a religião é o candomblé. Claro que precisamos avançar cada vez mais. Realmente, essa é uma crítica que existe a respeito da imagem de Jesus Cristo e da Bíblia na Mesa. Acho justa, isso realmente deve ser corrigido.

Agradeço a presença do secretário Elias Sampaio, representando o governador; de Konmannajy, presidente da Acbantu; de Cléia Costa; da Associação dos Procuradores do Estado da Bahia; de Paulo Souza; de Josane Oliveira; do companheiro Umberto Carvalho Bastos, vice-presidente da Acbantu; de Ricardo de Almeida; do mestre Fábio Velame; de Bira Corôa, presidente da Comissão de Promoção da Igualdade; e de todos os terreiros. Foi uma sessão bastante representativa, já citei diversos terreiros, entidades e instituições presentes.

Portanto, uma sessão especial produtiva e representativa. Evidentemente, essa discussão não se esgota aqui. Foi apenas um momento para refletir, chamar a atenção e avançar. Entendemos que isso é muito importante e deve ter continuidade.

Agradeço a presença de todos e, em nome do Poder Legislativo do Estado da Bahia, declaro encerrada a presente sessão especial.